

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José Carmo Coutinho.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro por motivos de saúde e da senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte por se encontrar de férias.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD 01)

Presente à reunião o despacho do senhor Vice-Presidente da Câmara, de 16 de fevereiro de 2012, relativo às dívidas de água, que a seguir se transcreve:

Presidente

Secretária

“O processo de execução fiscal abrange a cobrança coerciva das dívidas elencadas no artigo 148º do Código de Procedimento e Processo Tributário, nomeadamente, tributos e taxas (alínea a) do nº 1 do citado artigo).

A remuneração dos serviços de águas e resíduos assume a natureza jurídica de um preço e não de taxa e dado que o mesmo não resulta de um ato administrativo mas de um contrato de consumo, considera-se que o processo de execução fiscal não é aplicável à cobrança de dívidas resultantes do consumo de água.

Assim, determino que:

- o prazo de pagamento voluntário dos serviços de água e resíduos termina no último dia do mês seguinte ao que diz respeito a prestação do serviço;
- terminado este prazo e decorridos que sejam 15 dias, deverão os serviços de águas efetuar uma listagem dos devedores e notificá-los para, no prazo de 20 dias procederem ao pagamento das quantias em dívida;
- decorrido este prazo deverão os serviços de águas efetuar uma nova listagem dos devedores, sendo estes notificados do corte do fornecimento e de que será remetido ao tribunal de injunção para cobrança coerciva, sendo o valor acrescido de juros e custas processuais.
- 4 meses após a prestação do serviço deverão os serviços de águas remeter ao gabinete jurídico a listagem dos devedores, a fim de serem instaurados os respetivos processos de injunção”.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do conteúdo do ofício n.º 132/2012, datado de 2012.02.08, emanado da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativo aos municípios com Barragens, sobre a nova metodologia para cálculo e distribuição da renda anual a pagar pelas entidades que, em cada momento, realizam a exploração dos centros electroprodutores, nomeadamente da EDP.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS (COD 08)

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do conteúdo do ofício emanado da Adega Cooperativa de Lamego, o qual informa a composição dos novos órgãos sociais da referida adega, para o quadriénio 2012/2016.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

CAMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do teor de uma carta enviada pelos funcionários do Museu de Lamego, dirigida ao senhor Secretário da Cultura e Direção do Instituto dos Museus e da Conservação, IP, sobre a não recondução do seu diretor.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de janeiro de 2012.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA INDEFERIDOS (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura indeferidos de obras particulares, no mês de janeiro de 2012.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – ACEITAÇÃO PRÉVIA (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos pedidos de aceitação prévia de obras particulares, no mês de janeiro de 2012.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

OBRAS PARTICULARES (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de janeiro de 2012

Presidente

Secretária

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Vice Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas em janeiro de 2012.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 16 de fevereiro de 2012, cuja dotação orçamental é de 827.486,88 € e dotação não orçamental é de 90.377,24 €.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

SANIDADE, SAUDE E ASSISTENCIA (COD 56)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do teor da informação relativa à Unidade de saúde do Concelho de Lamego, emanada do Aces Douro Sul – Agrupamento de centros de Saúde Douro II. Esta informação resulta de um estudo elaborado pela Unidade de Apoio à Gestão do ACES Douro Sul e tem como único objetivo a procura de soluções que permitam uma maior eficiência nas Unidades de Saúde sem diminuir a oferta essencial aos cidadãos.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

TUTELA, TRIBUNAL (COD 64)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do teor de um ofício enviada pelo senhor Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do vale Douro Sul, à Excelentíssima Senhora Ministra da Justiça, sobre a reformulação do Mapa Judiciário que está proposta pelo Ministério da Justiça, com a prevista extinção do Circulo Judicial de Lamego, a consequente redistribuição das respetivas comarcas e extinção de cinco Tribunais, fazendo corresponder uma única comarca à sede de distrito em Viseu.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento deste assunto, não se conformando com a extinção do circulo de Lamego. O senhor Presidente da Câmara informou que já solicitou uma audiência junto da senhora Ministra da Justiça.

Presidente

Secretária

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira fez uma alusão muito positiva do desfile de Carnaval que se realizou na passada sexta-feira, dia 17 de fevereiro de 2012, com a participação de cerca de 1300 crianças e professores e auxiliares da ação educativa oriundos das diversas escolas do Concelho de Lamego. O evento terminou na Avenida Dr. Alfredo de Sousa com a Queima dos Compadres realizada pela escola número dois do Agrupamento de Escolas da Sé. Explicou que o desfile conjunto das escolas dá outro entusiasmo e brilho ao evento, rentabilizando recursos e não causando tantas restrições ao trânsito. Para tal, foi feita uma reunião prévia com os Agrupamentos, Escolas Públicas e Privadas e PSP de Lamego de modo a agilizar todos os procedimentos. A Vereadora lamentou que a APITIL, Instituição com tradições Carnavalescas, não tivesse feito parte do desfile embora tivessem sido feitos vários contactos para que se concretizasse essa participação.

ORDEM DO DIA**01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara realizada no dia 7 de fevereiro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: AMADEU TEIXEIRA MONTEIRO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 74/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos informando que, tendo decorrido o prazo legal estabelecido, sem que, em sede de audiência prévia, o requerente se tivesse pronunciado, sobre os fundamentos vertidos na informação n.º 907/DMSU, de 29 de novembro de 2011, os quais determinavam o indeferimento da sua

Presidente

Secretária

exposição, na qual solicitava a retificação de faturas de água, propõe à Câmara Municipal que delibere pelo indeferido do pedido formulado pelo requerente.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 75/01/10 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face à informação n.º 111/DMSU, de 08 de fevereiro de 2012, sejam denunciados os seguintes contratos de água, nos termos do n.º 7 do artigo 56º, do RDADAR:

Inst.	Consumidor
4007	Esmeraldo Santos
4991	Clidimigo-Clínica D. Médico I. Lamego, S.A
5550	Viriato Teixeira C. Pina
12932	José Rodrigues Lamelas
17262	Albino Miguel Pereira de Sousa
22385	José Clemente da Costa
24636	Maria Soares Araújo de Azevedo
27377	Jorge Manuel da Silva Rebelo

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO SOBRE FATURAS DE ÁGUA EM DÍVIDA (COD 01)

REQUERENTE: ELÓI MAGALHÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 76/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que nesta ata se considera integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante, informando que o senhor Elói Magalhães, vem, na qualidade de filho de Emília da Luz Tavares Magalhães, moradora, até à data do seu falecimento, na Rua de Almacave, 106-2º, requerer a anulação do processo de execução fiscal relativo a faturas da água em dívida – fevereiro, março e abril de 2011, com fundamento nos argumentos invocados na respetiva reclamação.

Assim, face à discrepância que pende a favor do consumidor, propõe à Câmara Municipal a retificação das faturas em dívida de forma que os seus montantes traduzam apenas os valores das tarifas de disponibilidade conforme abaixo se

Presidente

Secretária

apresenta e a anulação do processo de execução fiscal e demais taxas de mora associadas, por injustificado:

mês	fatura	tda	tds	rs	iva	total
Fev-11	14382	2,93 €	1,50 €	3,99 €	0,18 €	8,60 €
Mar-11	27615	2,93 €	1,50 €	3,99 €	0,18 €	8,60 €
Abr-11	40835	2,93 €	1,50 €	3,99 €	0,18 €	8,60 €

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: ANTÓNIO PINTO MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 78/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 116/DMSU, de 9 de fevereiro de 2012, em que dá conhecimento do desvio de água da rede pública de abastecimento para a propriedade de António Pinto Monteiro, sito no lugar de Rio d'Asnos, através de derivação em "T", pelo que propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação contra António Pinto Monteiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: LOURENÇO ALVES FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 77/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 90/DMSU, de 31 de janeiro de 2012, em que dá conhecimento do desvio de água da rede pública de abastecimento para a propriedade de Lourenço Alves Ferreira, sito no lugar do Couto, freguesia de Cepões, através de derivação em "T", pelo que propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação contra Lourenço Alves Ferreira.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

07-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A QUEDA DE UM RAMO DE ARVORE NA VIATURA AUTOMÓVEL (COD 17)

REQUERENTE: EURICO JOSÉ CUNHA ANDRADE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 79/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 423/DFP, dando conhecimento da pretensão do senhor Eurico José Cunha Andrade, de ser ressarcido do valor de 354,00€, que corresponde ao valor da franquia da sua apólice automóvel que se viu compelido a acionar, uma vez que a Companhia de Seguros do Município se furtou ao pagamento de indemnização.

No dia 3 de Outubro de 2010, o veículo do requerente, um Toyota Yaris, com a matrícula 36-EQ-98, foi atingido por uma pernada de árvore quando transitava na Estrada Nacional n.º 226, na zona do Relógio do Sol. Este sinistro foi participado à nossa seguradora que declinou a responsabilidade, alegando que aquele ocorreu na sequência de um fenómeno da natureza de que o Município não pode ser responsabilizado. Foram efetuadas posteriormente várias tentativas no sentido de persuadir a nossa seguradora a assumir o sinistro, mas estas revelaram-se infrutíferas.

O lesado acionou então, a proteção jurídica da sua apólice de seguro automóvel, pelo que foi o Município notificado pela “Inter Partner Assistance”, a proceder ao pagamento de 812,01€, sob pena de esta intentar contra esta instituição, uma ação judicial.

Tendo decorrido um período de tempo significativo e necessitando o lesado de verba para proceder à reparação do veículo, acionou a cláusula de danos próprios, com prejuízo para si, uma vez que incorre no aumento do prémio da apólice de seguro automóvel.

Vem, agora, o requerente solicitar que o Município lhe pague, somente, a parte correspondente à franquia, 354,00€, de que não foi indemnizado.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o pedido do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de indemnização formulado pelo requerente.

Presidente

Secretária

08-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A ACIDENTE NA EN 226 (COD 17)**REQUERENTE: PAULO JORGE RIBEIRO FERNANDES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 90/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1/DFP, dando conhecimento da pretensão do senhor Paulo Jorge Ribeiro Fernandes, de ser ressarcido do valor de 211,56€, correspondente aos danos que foram imputados ao seu veículo, com a matrícula 25-63-MF, por sinistro que adveio da existência de um buraco no pavimento do caminho municipal n.º 1081, a cerca de 200m do cemitério de Arneirós, sendo posteriormente confirmada esta informação pelos serviços técnicos da DMSU.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o pedido do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de indemnização formulado pelo requerente.

09-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PASSEIO TODO TERRENO EM LALIM (COD 20)

Presente proposta de deliberação n.º 80/20/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que face à informação n.º 112/DMSU, de 8 de fevereiro de 2012, seja autorizada a realização do “passeio todo o terreno”, realizar no dia 4 de março de 2012, pelo “Grupo Desportivo Cultural de Lalim.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CARNAVAL EM LAZARIM - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 81/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 127/DMSU, datada de 13.02.2012, e no uso da competência que lhe confere o art.º 8.º do Dec. Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, seja ratificado o seu despacho datado de 13.02.2012, no qual autorizou a realização do Carnaval em Lazarim, desde o Largo da capela até ao Largo da Igreja, Freguesia

Presidente

Secretária

de Lazarim, desde o dia 19 ao dia 21 de fevereiro de 2012, das 14.00h às 19.00h, organizado pela Junta de Freguesia de Lazarim.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 82/26/11 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação 69/DAQV, datada de 13.02.2012, seja ratificado o seu despacho, datado de 14.02.2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-estoura, de 19 a 21 de fevereiro, das 14:00 horas às 19:00 horas, no Largo da Capela – Lazarim, para a realização dos Festejos de Carnaval – 2012, na freguesia de Lazarim.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICIPIO DE LAMEGO - 2012 (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 95/27/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: “Considerando a atual conjuntura económica do Município de Lamego e reconhecendo a importância dos desafios e obrigações com que diariamente é confrontada, existe inequivocamente a extrema necessidade de reequilibrar as finanças municipais através da realização de uma Operação de Saneamento Financeiro, que tenha como objetivo reprogramar a dívida e consolidar os seus passivos financeiros, resultando desta operação a diminuição do Endividamento Líquido do Município, e do Endividamento de Médio e Longo Prazo, bem como a menor exposição a riscos excessivos, a par de uma gestão rigorosa da despesa sem condicionar o bom funcionamento dos serviços do Município e ao mesmo tempo não colocar em causa os princípios de confiança e boa fé, que queremos manter com os nossos parceiros comerciais”.

Assim, tendo em conta a informação n.º 75/DFP, de 15 de fevereiro de 2012, que vem acompanhada do respetivo Estudo da Situação Financeira do Município, Plano de Saneamento Financeiro e Proposta da Caixa Geral de Depósitos, propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação, deste pedido, nos termos da alínea a)

Presidente

Secretária

do n.º 6 do Artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, e a sua submissão à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do Artigo 53º da referida Lei, conjugado com o disposto no artigo 38º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de agosto - Lei das Finanças Locais -, cumprindo os requisitos impostos pela lei vigente, designadamente o n.º 2 do artigo 40º, da Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de janeiro) e o artigo 4º, do Decreto-Lei 38/2008, de 7 de março, com vista à autorização, daquele órgão deliberativo, dos seguintes pontos:

- O estudo relativo à atual Situação Financeira do Município e respetivo Plano de Saneamento Financeiro, nos termos do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 40º;
- As condições da proposta parcial apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, no montante de até € 8.500.000, de modo a poder-se concretizar a Operação de Saneamento Financeiro, para a celebração de um contrato de Médio e longo Prazo, tendo por base os termos e condicionantes que a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, no seu artigo 40.º, n.º 6 impõe;
- Remeter o processo de Saneamento Financeiro a visto do Tribunal de Contas, nos termos da lei, tendo, inclusivé, sido uma das recomendações do digníssimo tribunal aquando da Auditoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (**COD 31**)

REQUERENTE: RAUL SOARES CARDOSO

Presente a proposta de deliberação n.º 91/31/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2/PAT/MCA, dando conhecimento que o senhor Raul Soares Cardoso, morador na Quinta de Sto. António, Lote 32, Bloco A, 3.º Esq. do 2.º Esq., possui rendas de habitação em atraso no valor de 227,00€ (duzentos e vinte sete euros), o que de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando

Presidente

Secretária

aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em 5 prestações, no valor de 45,40€, cada uma.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja deferido o pagamento em 5 prestações, no valor de 45,40€, (quarenta e cinco euros e quarenta cêntimos).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA CIDADE DE LAMEGO (COD 32)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 83/32/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em regime substituição do Presidente da Câmara Municipal, nas suas ausências e impedimentos, no uso da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal de Lamego, em reunião datada de 3 de novembro de 2009, para autorização de despesas, no âmbito da realização de despesas públicas com a aquisição de serviços até ao valor de 748.196,85 €, propondo, tendo em conta o conteúdo da Informação n.º 51/DFP MG, para efeitos de abertura de concurso público, que terá publicação no JOUE, e com vista à “Prestação de Serviços: Conservação e Manutenção dos Espaços Verdes da Cidade de Lamego”, que a Câmara Municipal de Lamego autorize a submissão deste assunto à Assembleia Municipal, para aprovação da repartição de encargos, conforme quadro seguinte, nos termos do n.º 1, n.º 3 e do n.º 6 do artigo 22.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho:

Ano	Período	N.º Meses	Valor sem IVA	IVA 23%	TOTAL
2012	maio a dezembro	8	66.666,67 €	15.333,33 €	82.000,00 €
2013	janeiro a dezembro	12	100.000,00 €	23.000,00 €	123.000,00 €
2014	janeiro a dezembro	12	100.000,00 €	23.000,00 €	123.000,00 €
2015	janeiro a dezembro	12	100.000,00 €	23.000,00 €	123.000,00 €
2016	janeiro a dezembro	12	100.000,00 €	23.000,00 €	123.000,00 €
2017	janeiro a abril	4	33.333,33 €	7.666,67 €	41.000,00 €
TOTAIS Contrato.....		60	500.000,00 €	115.000,00 €	615.000,00 €

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

15-ASSUNTO: ADENDA AO PROTOCOLO ASSINADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE AVÕES, DEVIDO À CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO LUGAR DO POIO, FREGUESIA DE AVÕES (**COD 37**)

Presente proposta de deliberação n.º 84/37/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanha da n.º 493/DFP, datada de 2011.12.13, dando conhecimento que a Câmara Municipal de Lamego, desde o ano 2000, tem transferido uma verba anual de 600,00€ para a Junta de Freguesia de Avões, como contrapartida pela captação de água no Lugar do Poio, Serra das Meadas, que serve para abastecimento às povoações de Avões, Ferreiros de Avões e Cambres, no seguimento do protocolo assinada em 1999/10/20, com a Junta de Freguesia.

Como em 2010, a Câmara Municipal deixou de transferir a verba, apesar de a captação persistir, existindo neste local 3 captações e 3 furos artesanais de 100m de profundidade, a Junta de Freguesia veio em 2011/11/21, solicitar o pagamento do valor anual, referente aos anos de 2010 e 2011, pelo que importa atualizar o protocolo assinado, uma vez que há interesse na sua manutenção.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação da minuta da adenda ao protocolo assinado em 1999/10/20, com a Junta de Freguesia de Avões, em contrapartida pela captação de água no lugar do Poio, Serra das Meadas na freguesia de Avões.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DO SOLAR DA PORTA DOS FIGOS PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS – CENTRO DE ACOLHIMENTO DE ARTISTAS (**COD 41**)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 85/41/12 do senhor Presidente da Câmara para que, nos termos do artigo 18º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o artigo 36º, do n.º 1 do CCP, seja ratificado o seu despacho, datado de 13 de fevereiro de 2012, no qual adjudicou à empresa FLOPONOR – Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A., a empreitada citada em epígrafe, pelo custo de 700.586,41€ + IVA, a executar pelo prazo de 210 dias.

Mais informa que os dois projetos envolvidos têm os seguintes custos a executar no ano de 2012:

1-Centro de Artes e Ofícios Tradicionais: 398.635,58€ + IVA

Presidente

Secretária

2-Centro de Acolhimento de Artistas: 301.950,83€ + IVA

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

17-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO (COD 42)

REQUERENTE: ALCINO DE JESUS PEREIRA

LOCAL DA OBRA: QUINTA DO RABO DE ASNO - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 86/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 134/DUDE, de 10 de janeiro de 2012, e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 10 de março, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe à Câmara Municipal a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: MUROS EM RUÍNA – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL BRANDÃO DOS SANTOS

LOCAL DA OBRA: VILA HOSTILINA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 87/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do n.º 2 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria que antecede, referindo que o muro pertencente ao Centro de Tropas e Operações Especiais (CTOE), não se verifica qualquer tipo de deformação, verificando-se deficiências apenas no muro pertencente ao Colégio de Lamego, que necessitam de reparação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: DESAFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NA QUINTA DE S. VICENTE, FREGUESIA DE ALMACAVE (COD 47)

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 92/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que, por despacho do senhor Vice-Presidente da Câmara, datado de 2011/07/22, exarado na informação n.º158 de 2011/04/14, foi iniciado o processo de desafetação de uma parcela de terreno com 799,85 m2, que confronta de Poente e Norte com Obripalavra, de Sul com o Domínio Público e de Nascente com Francisco Pereira Marinho.

Por deliberação da Câmara Municipal de Lamego de 2011/09/20, foi autorizado por maioria a desafetação ao domínio público da parcela de terreno, argumentando que se trata de uma parcela, que não tem qualquer utilidade para o domínio público, não se encontra ajardinada, a população não tira qualquer benefício desta parcela, encontra-se coberta de mato, situa-se junto de um aglomerado populacional, contendo muito material combustível, constituindo, por isso, um risco de incêndio acrescido para o citado aglomerado.

A proposta vem acompanhada da informação técnica n.º 9/DFP, dando conhecimento que nos termos do despacho do senhor Vice-Presidente, de 2011/10/26, e no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal de Lamego de 2009/11/03, foi publicitado no Jornal Douro Hoje, no dia 2011/11/09, o edital a dar conhecimento do início do processo de desafetação de uma parcela de terreno, nomeadamente:

Localização: Quinta de S.Vicente, freguesia de Almacave

Área: 799,85 m2;

Confrontações:

Norte e Poente: Obripalavra;

Sul: Domínio Público;

Nascente: Francisco Pereira Marinho

Mais informa que, como já decorreram trinta dias após a publicação, e não houve reclamações, deve o processo prosseguir os trâmites legais, nomeadamente ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art. 53º n.º 4 alínea b) da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Face ao exposto deve o processo ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

Presidente

Secretária

20-ASSUNTO: ALIENAÇÃO DAS AÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO DE LAMEGO NA LAMEURBE – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE LAMEGO, S.A. (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 93/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, submetendo à apreciação e deliberação da Câmara Municipal a eventual alienação das ações detidas pelo Município de Lamego na empresa Lameurbe – Sociedade para o Desenvolvimento de Lamego, S.A.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

21-ASSUNTO: PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE INCENTIVO À FIXAÇÃO, RECONVERSÃO E MODERNIZAÇÃO ECONÓMICA DO CONCELHO DE LAMEGO (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 88/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de Lamego de 20 de outubro de 2004, tendo entrado em vigor a 26 de novembro de 2004.

Da sua implementação e da experiência recolhida, bem como das alterações da legislação entretanto ocorridas, verificou-se a necessidade de proceder à sua atualização.

Por outro lado, reconhecendo-se que a reabilitação urbana é uma componente crucial da política das cidades e da política da habitação, na qual convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, com vista a um funcionamento mais harmonioso e sustentável, bem como à garantia, para todos, de uma habitação condigna, incluiu-se no Regulamento uma disposição específica para essa matéria.

Para esse efeito, foi criado um grupo de trabalho que elaborou o projeto de alteração do Regulamento em causa, que se anexa à presente proposta, e que da mesma fica a fazer parte integrante.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a sua aprovação, após o que, e para efeitos do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento

Presidente

Secretária

Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, será submetido a apreciação pública para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, sendo publicado, para tal efeito, no Diário da República.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA AV. EGAS MONIZ (COD 62)

REQUERENTE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 89/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 115/DMSU, de 9 de fevereiro de 2012, propondo à Câmara Municipal, que delibere sobre a marcação de uma linha descontínua (M2), na Av. Egas Moniz, frente à entrada para o parque de estacionamento da Escola Secundária da Sé, solicitada pelo Agrupamento de Escolas da Sé.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada, não permitindo a marcação de uma linha descontínua frente à entrada para o parque de estacionamento da Escola Secundária da Sé, por questões de segurança dos transeuntes daquela via.

23-ASSUNTO: RESTRIÇÃO DE TRÂNSITO NO LARGO DO RIBEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO “DIA DIOCESANO DO CATEQUISTA” (COD 62)

REQUERENTE: CENTRO DIOCESANO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 94/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que aprove a restrição de trânsito no largo do Ribeiro, junto ao Centro Pastoral de Almacave, no dia 25 de fevereiro de 2012, das 9.30h às 16.30h, para a realização do Dia Diocesano do Catequista.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18

Presidente

Secretária

de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

24-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HOTEL RURAL (COD 42)

REQUERENTE: QUINTA DE CASALDRONHO, SOCIEDADE TURISTICA E AGRICOLA, LDA.

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE CASALDRONHO, CAIXA 101 - VALDIGEM
Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 88/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que, nos termos da informação n.º 375 de 27/01/2012, o requerente possui o projeto de arquitetura aprovado por despacho superior de 28/12/2010, e o projeto de alterações aprovado por meu despacho de 29/12/2011, relativos à reconstrução e ampliação de um edifício destinado a Hotel Rural.

Os projetos de especialidades apresentados em 23/11/2011 e em 25/01/2012, mostram-se adequados ao tipo de obra a executar, previstos no artigo 11º da Portaria n.º232/2008/01 de 11/03.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal delibere conceder o licenciamento da obra para a reconstrução e ampliação de um edifício destinado a Hotel Rural, nos termos do artigo 23º do RJUE.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

25-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HOTEL RURAL (COD 42)

REQUERENTE: QUINTA DE CASALDRONHO, SOCIEDADE TURISTICA E AGRICOLA, LDA.

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE CASALDRONHO, CAIXA 101 - VALDIGEM
Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 88/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento do requerimento da Quinta de Casaldrinho, Sociedade Turística e Agrícola, Lda., e nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, propondo que a Câmara Municipal classifique de interesse municipal a operação urbanística, nos termos e para os efeitos do

Presidente

Secretária

Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho e conceda os incentivos previstos no Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

26-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: JOSÉ MIGUEL PIMENTA MAGALHÃES – BAR O POTE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 98/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor José Miguel Pimenta Magalhães, gerente do bar “O Pote”, seja ratificado o seu despacho datado de 20 de fevereiro de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 21 de fevereiro de 2012, de acordo com o artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. Dimas da Piedade Francisco, Cepões;
2. Manuel Modesto Silva Correia, Ferreiros de Avões;

Presidente

Secretária

1. Usou da palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** que começou por fazer considerações à data alusiva ao Carnaval, que o dia de hoje representa, bem como a aspetos relacionados com a tolerância de ponto a nível local, regional e nacional. Solicitou, finalmente, a correção da deliberação tomada por esta Câmara Municipal na sua reunião de 10 de janeiro de 2012, relativamente a um pedido de indemnização, por danos na sua viatura automóvel.

2. O senhor **Manuel Modesto Silva Correia**, no uso da palavra, lembrou que há muito tempo que tem solicitado à Câmara Municipal que resolva a questão do mau estado do caminho do Lugar do Ribeiro, em Ferreiros de Avões, o qual não permite a passagem de qualquer viatura automóvel, referindo e que é um local que está isolado e abandonado, invocando urgência no desenvolvimento e resolução deste assunto, nomeadamente se já foi feita alguma candidatura nesse sentido.

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou o senhor Manuel Modesto Silva Correia que fez um pedido de intervenção junto da engenharia militar, sendo a resposta negativa para o ano de 2012, e que, para o ano de 2013, o pedido terá de ser feito novamente.

Mais informou que, nesta fase não há candidaturas ao QREN, para este efeito.

27-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

28-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária

Presidente

Secretária